

## Adultização e sexualização infantil: relações de gênero, classe e raça

Amabyly Paulina Carvalho Pessoa <sup>i</sup> 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará

Ana Vitoria Batista da Silva <sup>ii</sup> 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará

1

### Resumo

Este artigo apresenta um recorte do trabalho de conclusão de curso “Adultização e sexualização da infância: a influência da mídia e o papel da escola”, revisitado sob a ótica interseccional. O objetivo é refletir como as gramáticas sociais influenciam no aumento da adultização e sexualização da infância. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, fundamenta-se em autores como Vygotsky (2010), Pessoa e Santana (2024), Moore (2020) e Saffioti (1997). Os resultados apontam para o empobrecimento cultural das crianças e revelam que a adultização não se restringe ao consumo de mídias, mas é consequência também do meio social em que vivem. Conclui-se que compreender o fenômeno pela perspectiva interseccional amplia o debate, contribuindo para combater o amadurecimento precoce da infância e a sexualização de meninas e meninos em contextos desiguais.

**Palavras-chave:** Adultização. Infância. Comunidade. Interseccionalidade.

### Childhood Adultization and Sexualization: Relations of Gender, Class, and Race

### Abstract

This article presents an excerpt from the undergraduate thesis “*Adultization and sexualization of childhood: the influence of the media and the role of the school*”, revisited through an intersectional lens. The aim is to reflect on how social grammars influence the increase in the adultization and sexualization of childhood. This qualitative and bibliographical research is grounded in authors such as Vygotsky (2010), Pessoa and Santana (2024), Moore (2020), and Saffioti (1997). The results point to the cultural impoverishment of children and reveal that adultization is not limited to media consumption but is also a consequence of the social environment in which they live. It is concluded that understanding the phenomenon from an intersectional perspective broadens the debate and contributes to preventing the premature maturation of childhood and the sexualization of girls and boys in unequal contexts.

**Keywords:** Adultization. Childhood. Community. Intersectionality.

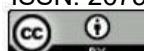
## 1 Introdução

---

Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2025.

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>

ISSN: 2675-9144



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

A adultização e sexualização da infância constituem problemáticas crescentes no contexto contemporâneo, principalmente devido à intensificação do consumo midiático e ao acesso precoce às tecnologias digitais. Entretanto, a análise dessa realidade exige ultrapassar perspectivas homogêneas de infância, reconhecendo que as experiências infantis são marcadas por desigualdades estruturais relacionadas a gênero, classe e raça, dessa forma, possuindo grande impacto no desenvolvimento infantil, possibilitando a partir das diversas experiências e condições de desenvolvimento um amadurecimento precoce, acarretando uma adultização e sexualização da infância.

Pensando nisso, o presente estudo apresenta um recorte do trabalho de conclusão de curso *Adultização e sexualização da infância: a influência da mídia e o papel da escola*, agora não mais sob a ótica da influência midiática, mas da intersecção de gênero, classe e raça. O objetivo geral desta pesquisa, por sua vez, é refletir como as gramáticas sociais influenciam no aumento da adultização e sexualização da infância.

Desenvolvemos, então, uma pesquisa de abordagem qualitativa, pautado em um estudo de campo aliado a pesquisa bibliográfica, que visa a Ciência Social como ações históricas para explicar atos sociais (Minayo, 2019). A partir disso, entendemos que esse trabalho é de cunho bibliográfico o que “Caracteriza-se pelos usos de fontes com dados analisados e publicados, ou seja, a literatura produzida a respeito de um determinado tema.” (Farias; Silva, 2019, p. 17). Portanto, foram analisados artigos e livros que possuíssem aproximação com o tema, pautando-se como fundamentação teórica, principalmente Vygotsky (2010), Moore (2020) e Saffioti (1997).

Dessa forma, esta pesquisa organiza-se em diferentes seções. Inicialmente, apresenta-se a introdução, trazendo uma visão geral do estudo, com o tema, a problemática, o objetivo e a metodologia. Em seguida, a seção de metodologia descrevendo os caminhos percorridos para a realização deste recorte. Na sequência, a parte de resultados e discussões reunindo as análises das observações de campo articuladas ao diálogo com os referenciais teóricos. Por fim,

nas considerações finais, são avaliados o alcance dos objetivos e as principais contribuições do trabalho nos âmbitos acadêmico e social.

## 2 Metodologia

A pesquisa sobre a influência da interseccionalidade de gênero, raça e classe no processo de adultização infantil possui como paradigma de pesquisa a Teoria Crítica. Farias e Silva (2009) destacam que essa perspectiva de pesquisa parte do princípio da não neutralidade, adotando uma metodologia sustentada por diferentes formas de conhecimento e práticas investigativas. A teoria crítica, nesse contexto, busca compreender as ideologias sociais de maneira aprofundada e transformadora, com o intuito de estimular o pensamento crítico e promover mudanças na realidade contemporânea, convergindo diretamente com o nosso estudo ao buscar visibilizar e combater a problemática da adultização e sexualização da infância.

Nesse sentido, o presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando o método de estudo de campo, com observação participante com o instrumento diário de campo. Este estudo também foi aliado a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de trabalhos científicos já existentes, e a qual Pereira e Ferreira (2021) tem relevância para fundamentar de forma efetiva como determinada temática se constitui em um campo de estudo.

Realizamos, no início, uma primeira pesquisa na plataforma Google Acadêmico e, posteriormente, no processo de refinamento, direcionamos as buscas para as plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e SciELO Brasil, utilizando as palavras chaves e adicionado filtros de recorte temporal, coletando trabalhados publicados de 2019 a 2022. Após isso, foram selecionados um total de quatro trabalhos científicos, tendo como critério de seleção o ano de publicação e a proximidade de discussão com o objetivo geral.

O estudo de campo foi desenvolvido em uma escola da rede pública do município de Fortaleza-CE, que oferta o Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. A pesquisa ocorreu entre 22 de março e 09 de maio de 2025, período em que uma das

autoras atuou como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Nesse intervalo, foram acompanhadas crianças de 6 a 9 anos, tanto durante os momentos de recreação quanto nas atividades do programa, registrando em diário de campo comportamentos, situações e expressões que evidenciavam traços de adultização em suas vivências.

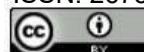
### 3 Resultados e Discussões

4

O consumo cada vez mais elevado de conteúdos que não são destinados ao público infantil — como determinados estilos de roupas, músicas e gestos — evidencia uma forte influência na construção de uma “nova infância”. Nessa configuração, ser adulto antes do tempo passa a ser considerado algo moderno, desejável e até mais interessante.

Vygotsky (2010), em sua teoria do desenvolvimento infantil sob a ótica histórico-cultural, apresenta conceitos fundamentais, como a zona de desenvolvimento proximal, a mediação e a linguagem. A partir de suas contribuições, comprehende-se que a criança se desenvolve mediante as experiências e situações às quais está exposta no contexto em que vive, mediadas pela proximidade e pela intervenção de familiares, professores e demais sujeitos com os quais interage. É nesse processo que o indivíduo constrói sua percepção de mundo, sua singularidade, valores, crenças e cultura, tendo como base as experiências vivenciadas durante a infância e a sociedade em que está inserido. Importante ressaltar, entretanto, que cada criança possui sua própria individualidade, de modo que, ainda que enfrentem situações semelhantes, podem reagir e se desenvolver de formas distintas. Por meio da linguagem, a criança, que já detém muitos conhecimentos sobre o mundo, amplia suas possibilidades de aprendizagem quando interage, experimenta e vivencia diferentes contextos.

No campo das teorias do desenvolvimento humano, Freud (1905) destacou-se como pioneiro ao formular sua teoria da sexualidade infantil, contrapondo-se às concepções tradicionais de sua época, que entendiam a sexualidade como algo restrito à vida adulta e exclusivamente relacionado à reprodução. Em contrapartida,



Freud defendeu que a sexualidade se manifesta desde o nascimento e que, nos primeiros anos de vida, o corpo já é erotizado, experimentando prazer em determinadas partes — as chamadas zonas erógenas. A partir dessa constatação, o autor descreveu as fases do desenvolvimento sexual ou psicossexual, que se estendem do nascimento até a puberdade, considerada a última fase. Ao detalhar cada uma delas, destacou que, em determinado período, é fundamental que a energia libidinal seja redirecionada para outras atividades, como brincadeiras, estudos e práticas esportivas.

As contribuições desses autores reforçam que a sexualidade é inerente ao desenvolvimento humano e que a forma como ela será vivenciada depende do contexto, da mediação recebida e do modo como é social e individualmente compreendida.

Nesse sentido, é indispensável também reconhecer as diferentes infâncias. Embora existam debates acerca de igualdade e equidade, a realidade mostra que a desigualdade social impacta diretamente nas vivências infantis. Quando analisamos fatores como gênero, classe e raça, percebemos que essas diferenças se ampliam: uma criança da periferia não vivencia as mesmas oportunidades que uma criança de bairro nobre; da mesma forma, uma criança negra ou indígena dificilmente terá o mesmo acesso, atenção e tratamento que uma criança branca.

Essa discussão aparece, por exemplo, em Pessoa e Santana (2024) que retomam o célebre discurso da ativista Sojourner Truth, na Convenção dos Direitos da Mulher, em 1851. A fala “E eu não sou uma mulher?” é ressignificada para problematizar a realidade das infâncias negras na escola, transformando-se em “E essas não são crianças?”. As autoras denunciam o racismo sofrido por muitas crianças negras no ambiente escolar, inclusive por parte de alguns professores, o que gera invisibilidade, falta de atenção e impactos negativos no processo educativo.

Moore (2020) por sua vez, argumenta que a infância não é uma experiência única ou universal, sobretudo quando se consideram povos indígenas, negros e afrodescendentes. Dessa forma, romper com a noção de infância eurocentrada, ainda predominante nas instituições de ensino, torna-se um desafio urgente. Para

isso, é necessário valorizar e reconhecer as culturas desses povos, possibilitando experiências plurais que assegurem uma infância mais rica, diversa e significativa.

A interseccionalidade entre gênero, raça e classe, segundo Saffioti (1997) evidencia como essas categorias estruturam desigualdades e organizam a sociedade em hierarquias. Isso estabelece uma ordem social na qual determinados grupos estão mais expostos à desvalorização, invisibilidade e violência. No caso das infâncias, as crianças pertencentes a grupos desfavorecidos — como meninas, pessoas negras, pardas, indígenas ou de baixa renda — têm menos oportunidades para alcançar um desenvolvimento de qualidade.

Tendo em vista as teorias apresentadas, comprehende-se que um bom desenvolvimento infantil deve ocorrer de maneira integral, contemplando as dimensões cognitivas, emocionais, físicas e sociais. É preciso reconhecer que cada criança vivencia situações específicas que podem acelerar, retardar ou manter em ritmo adequado seu processo de desenvolvimento. Assim, considera-se de qualidade o desenvolvimento que respeita o tempo individual, oferecendo condições favoráveis, como um ambiente familiar saudável, alimentação equilibrada, validação dos sentimentos, acesso a brincadeiras, esportes e, sobretudo, uma educação de qualidade.

Martins (2019) acrescenta a esse debate a problemática da superexposição infantil e seus impactos. Em sua pesquisa, a autora discute o excesso de compartilhamentos feitos pelos pais sobre a vida dos filhos em redes sociais como o Instagram. Segundo sua análise, o avanço tecnológico trouxe transformações sociais significativas, entre elas a prática de expor a rotina, os hábitos e as imagens das crianças desde antes do nascimento, muitas vezes por meio de perfis criados pelos próprios pais. Essa exposição contínua afeta diretamente o desenvolvimento infantil, uma vez que gera contato precoce com telas, promove a adultização e aumenta os riscos de pedofiliação. Além disso, contribui para o empobrecimento das experiências culturais, para o surgimento de transtornos mentais, como ansiedade e depressão, e até mesmo para atrasos no desenvolvimento físico e cognitivo.

Dessa forma, observa-se que diversos estudos já apontam para a complexidade e a urgência dessa temática. Torna-se indispensável, portanto, direcionar um olhar comprometido para as crianças e suas diferentes infâncias, assegurando cuidado, bem-estar, pleno desenvolvimento e o acesso a todos os direitos que lhes são garantidos. Entre esses direitos, fica evidente que a adultização e a sexualização não podem ser admitidas como parte do processo de crescimento e formação infantil.

Nesta seção, são apresentados os dados construídos a partir das observações realizadas em campo, articulados às reflexões teóricas que fundamentam cientificamente as análises propostas. O acompanhamento ocorreu no Ensino Fundamental anos iniciais, com maior ênfase em turmas do segundo ano. Nos parágrafos seguintes, serão expostos recortes dos registros feitos em diário de campo durante as observações, aliados às análises iniciais e revisitado sob uma nova perspectiva.

Desde esse ponto inicial, torna-se fundamental destacar as condições da escola e da comunidade na qual ela se insere. A instituição está localizada em um bairro periférico de Fortaleza, classificado como zona de risco em virtude da ausência de segurança pública e da presença de facções criminosas. Nesse contexto, as famílias residentes enfrentam restrições econômicas e sociais, reflexo direto da persistência das desigualdades estruturais no país. Como consequência, as crianças acabam tendo pouco acesso a equipamentos e experiências culturais diversificadas, criando afinidade principalmente com aquilo que observam em seus pais, familiares ou responsáveis. Tais práticas e consumos tornam-se, assim, suas principais referências, mesmo durante a infância.

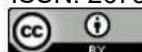
Diante dessa realidade, é comum que os repertórios culturais disponíveis às crianças estejam ligados a produções socialmente marginalizadas, muitas vezes carregadas de elementos de adultização e sexualização. Cabe salientar que essa “classificação” de determinadas manifestações como inferiores ou inadequadas é atravessada por uma lógica elitista e eurocêntrica, que tende a desconsiderar e a relegar à margem práticas culturais afro-indígenas profundamente presentes nas

periferias urbanas. Tendo estabelecido essas considerações, sigo à apresentação do estudo de campo.

Segue registro do diário de campo do dia 11 de abril de 2025: “durante o momento da recreação me ocorreu um episódio muito peculiar, eu havia deixado o celular em cima da caixa de som tocando as músicas e fui interagir com as crianças que estavam próximas, até que chegou uma sem que eu percebesse e trocou a música no Youtube colocando um funk inapropriado para elas e para o ambiente escolar”.

Esse e mais outros dados coletados retratam a presença do funk no convívio das crianças, e sua grande problemática por causa das letras inapropriadas, que enfatizam a sexualização, influência na adultização e demais motivos. Por si só, o gênero funk já é demonizado e marginalizado socialmente devido a inúmeros estereótipos estipulados pela elite, consequentemente, tornando-se um gênero musical majoritariamente consumido pelas periferias. Apesar da escola demonstrar o cuidado em não acessar músicas inapropriadas e até mesmo evitar o gênero musical aqui citado, a instituição, mesmo inserida em um território marcado em sua maioria por famílias de baixa renda e por grupos socialmente marginalizados – no sentido de estarem colocados à margem da sociedade –, ainda assim reproduz e sustenta ideologias e comportamentos oriundos de uma lógica elitizada. Dessa forma, mantém práticas pedagógicas e culturais que não dialogam de maneira efetiva com a realidade concreta vivida pela comunidade escolar. Em vez de considerar as especificidades sociais, econômicas e culturais do contexto em que está inserida, a instituição tende a adotar modelos e normas distantes do cotidiano de seus estudantes, perpetuando uma desconexão entre a prática escolar e as experiências das crianças e de suas famílias.

Retomo aqui a problemática em torno do funk, frequentemente demonizado pelas camadas mais altas da sociedade e também pelas próprias instituições escolares. Esse dado revela, a carência de democratização no acesso a diferentes manifestações culturais pelas crianças em questão e, ao mesmo tempo, reforça a relevância de diversificar essas experiências, possibilitando contato com outros espaços e práticas, como a Caixa Cultural, diferentes gêneros musicais, atividades



esportivas, o Museu da Indústria, o Museu da Imagem e do Som (MIS), além de passeios culturais pelo centro de Fortaleza-CE, área historicamente rica e que oferece variadas atividades voltadas ao público infantil. Muitos desses locais, inclusive, apresentam programações gratuitas, mas, ainda assim, permanecem inacessíveis a boa parte das famílias.

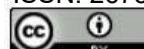
A dificuldade reside principalmente no fato de que essas crianças vivem em áreas periféricas, muitas vezes dominadas por facções criminosas, o que restringe não apenas a segurança, mas também a mobilidade necessária para chegar a esses espaços culturais. Além disso, um fator agravante é a redução das rotas do transporte coletivo nos finais de semana, o que funciona como uma barreira indireta à frequência em teatros, museus e demais equipamentos culturais. Nessa conjuntura, o funk acaba se consolidando como a manifestação cultural mais próxima, acessível e presente no cotidiano das crianças, sendo o gênero que elas mais cantam, dançam e com o qual estabelecem maior familiaridade. Essa predominância, entretanto, impacta tanto no desenvolvimento quanto na formação de repertório cultural das crianças, uma vez que, por estarem restritas a uma única referência — frequentemente marginalizada socialmente —, internalizam padrões adultizados, sexualizados e muitas vezes desvalorizados socialmente.

Nesse ponto, torna-se pertinente recordar o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Brasil, 1990), que assegura a todas as crianças e adolescentes, sem distinções de qualquer natureza, os mesmos direitos fundamentais, incluindo o acesso à cultura. Contudo, a realidade observada revela o contrário: não são todas as infâncias que desfrutam dessas oportunidades. Surge então um questionamento crucial: quem, de fato, tem direito à infância? A análise mostra a coexistência de múltiplas infâncias, determinadas por condições estruturais de desigualdade. Assim, ainda que a legislação assegure igualdade de direitos, na prática social são as gramáticas de classe, raça e território que definem quais sujeitos terão acesso a uma educação de qualidade, a oportunidades culturais, à segurança, a uma alimentação adequada e a outras necessidades indispensáveis ao desenvolvimento pleno.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu artigo 215, enfática ao afirmar que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais. Entretanto, a realidade nos obriga a problematizar: para quem, de fato, essas manifestações são garantidas? Crianças negras e periféricas têm acesso às mesmas oportunidades culturais? Se a Constituição declara que a cultura é para todos, por que ela permanece restrita a determinados grupos sociais? Nesse sentido, é fundamental reconhecer o funk como cultura legítima, expressão enraizada nas vivências das populações periféricas, sendo, inclusive, uma forma de resistência frente à exclusão social e ao racismo estrutural.

Durante o período em que estive atuando na escola, percebi, por meio de conversas e observações, que muitas crianças jamais haviam frequentado cinemas, teatros, museus ou outros espaços culturais — ainda que alguns desses sejam gratuitos. A distância geográfica, a desvalorização de seus territórios e a falta de políticas de democratização do acesso tornam esses locais inalcançáveis. Alguns equipamentos, como a Caixa Cultural, chegam a disponibilizar transporte e alimentação aos estudantes durante visitas escolares, mas essas iniciativas não são recorrentes, tampouco sistemáticas. Nesse sentido, caberia à escola buscar parcerias e agendar visitas a tais espaços, promovendo o contato das crianças com diferentes manifestações culturais e ampliando seu repertório. Tal prática não apenas democratizaria o acesso, mas também poderia contribuir para o reconhecimento de que existem múltiplas formas de viver e experimentar a infância, todas elas dignas e legítimas.

A partir disso, podemos compreender o impacto principalmente da alta classe financeira sobre a classe de baixa renda, as oportunidades e experiências são diferentes, a influência de um bom poder aquisitivo faz diferença no desenvolvimento de uma criança, nas suas vivências e bem-estar. Vygotsky (2010), defende que o desenvolvimento infantil ocorre de forma sócio-histórica, isto é, mediado por interações e pela linguagem. Ou seja, a criança constrói suas



percepções, valores e cultura a partir das experiências vivenciadas no meio em que está inserida e nas relações com família, professores e comunidade.

Registro do diário de campo do dia 09 de maio de 2025: “durante uma ação sobre o maio laranja em uma turma do 1º ano, uma menina se aproximou de mim e falou ‘tia, hoje eu vim igual uma piriguete’. Observação: ela estava de short curto e camiseta.

11

Nesse dado fica nítido o machismo e patriarcado enraizados na sociedade. Uma frase reproduzida por uma criança de 6 anos de idade, que provavelmente já deve ter ouvido comentários deste teor de homens para outras mulheres, e às vezes, até de mulher para mulher, devido a normalização de uma cultura machista imposta desde os primórdios sociais.

Termos desse tipo, surgem com a intenção de rebaixar, sexualizar e inferiorizar a imagem da mulher na sociedade. São nomenclaturas que por muitas das vezes não serem questionadas, acabam fazendo parte de um costume e vocabulário cotidiano. Será que essa criança conhece o conceito de piriguete? Ou, em que contexto ela vive para ter acesso a esse tipo de “realidade”? Piriguete é só quem usa short curto? É extremamente necessário compreendermos em que contexto e quais acessos essas crianças possuem, o problema talvez não esteja nas vestimentas, mas o que elas representam socialmente. As crianças se tornam adultizadas ao usar um short curto e cropped ou esses são conceitos e comportamentos desenvolvidos pela sociedade? Na qual, consequentemente incrimina tanto uma mulher que utiliza essas vestimentas, quanto apaga a inocência de uma criança, pelo mesmo motivo.

Para Teodoro (2022, p. 8):

A sociedade, de maneira geral, legitima não somente o adultocentrismo, mas também o androcentrismo (supervalorização do homem), conferindo, portanto, aos homens o direito de exercer seu poder sobre as mulheres, crianças e adolescentes, sendo que essas duas características (adultocentrismo e androcentrismo) interconectam-se, caminhando juntas na esfera privada e alimentando-se do patriarcado para sua plena reprodução.

O machismo estrutural, profundamente enraizado na sociedade, continua determinando e regulando quais papéis e atitudes são considerados adequados para meninas e para meninos, especialmente no caso de crianças que vivem em contextos de maior vulnerabilidade social. Essa lógica não se restringe apenas ao comportamento, mas alcança também a questão das vestimentas, impondo estereótipos sobre quem utiliza determinadas peças de roupa — como cropped ou shorts curtos, já mencionados anteriormente. Nessa perspectiva, meninas e mulheres que se vestem dessa forma acabam carregando, ainda que por meio de um “contrato social” indireto sustentado pelo machismo, a ideia de que seus corpos podem ser sexualizados e desrespeitados. Esse processo reforça a adultização e a erotização precoce das crianças, alimentando e normalizando práticas violentas, como a pedofiliação e a intensificação da violência de gênero.

É fundamental destacar, contudo, que o clima da cidade em que vivemos — caracterizado como tropical semiúmido, com temperaturas raramente inferiores a 24º C — justifica de maneira prática e legítima o uso de roupas mais leves, como shorts e blusas curtas, que proporcionam bem-estar e conforto térmico. No entanto, a lógica patriarcal e machista impede que esse bem-estar seja plenamente usufruído por mulheres e meninas, transformando escolhas simples de vestimenta em pretextos para desrespeito e violência, perpetuando, assim, a desigualdade de gênero e a vulnerabilização feminina desde a infância.

É importante destacar que grande parte dos estudantes dessa instituição pertence a famílias marcadas pela proximidade com o crime. Esses vínculos funcionam como exemplos cotidianos para as crianças, que, por conviverem em um ambiente de vulnerabilidade, acabam reproduzindo comportamentos adultizados e relacionados à criminalidade. Isso ocorre porque seus responsáveis, também limitados por condições de exclusão social, oferecem aos filhos a mesma cultura e criação que receberam.

Nesse contexto, a escola precisa lidar com situações extremas, como a liberação dos alunos por bairros ou ruas, a fim de evitar conflitos entre facções criminosas. Trata-se de uma comunidade marcada pela ausência de saneamento básico, segurança, moradia digna e educação de qualidade — fatores que reduzem

significativamente as alternativas de vida para essas crianças, perpetuando ciclos de exclusão.

Assim, elas se tornam ainda mais vulneráveis à adultização precoce, à sexualização e à violência sexual infantil. Isso porque estão inseridas em uma interseção de gênero, raça e classe social desfavorecida, dentro de uma sociedade em que o machismo, o racismo e a desigualdade sustentam práticas de sexualização e pedofiliação, atribuindo-lhes desde cedo um corpo e um perfil socialmente determinados. Desse modo, não é possível dissociar tais práticas das gramáticas organizacionais impostas pela própria sociedade (Saffioti, 1997).

13

#### 4 Considerações finais

Este trabalho reflete sobre o desenvolvimento da criança no contexto do acesso às mídias digitais. Portanto, foi concluído que elas possuem um impacto direto e considerável na influência na adultização e sexualização. Contudo, também visou que, ao mesmo tempo, que essa ocorrência perpétua, a escola tem potencial de intervir de maneira direta e indireta nessa formação, apoiando na construção de uma identidade infantil, garantindo direito à infância.

O presente estudo evidencia a relevância de refletirmos sobre as diversas formas de infância e as experiências vividas pelas crianças, relacionando-as ao enfrentamento da adultização e da sexualização, sobretudo no espaço escolar. Embora seja uma discussão de grande importância, percebemos que ainda é pouco abordada, em razão de receios.

Em consonância com o objetivo central da investigação, discute a influência da internet e a função da escola na prevenção da adultização e da sexualização da infância, promovendo análises fundamentais para demonstrar os impactos da mídia no desenvolvimento infantil e, consequentemente, no processo de adultização. Dessa forma, para que as crianças possam usufruir da infância de maneira plena e equilibrada, torna-se imprescindível que lhes sejam proporcionadas experiências que contemplem todos os aspectos do desenvolvimento, incluindo atividades esportivas, lúdicas, culturais e sociais, possibilitando que as crianças construam sua

identidade, diferenciam-se do outro, expressam-se e se reconheçam em diferentes situações do cotidiano.

Mediante ao que foi apresentado, nos dados obtidos, consideramos que a pesquisa atingiu seus objetivos específicos, ao mapear as principais consequências da adultização e sexualização, entre elas: O efeito precoce do acesso às telas sem monitoramento, acentuando às redes sociais; A restrição e desaparecimento à cultura infantil e empobrecimento da mesma; e Aumento dos casos de pedofilia.

14

Ao identificar essa interação à internet, através dos usos do Smartphone, conta-se que não apenas o desenvolvimento cognitivo da criança é afetado, como também o emocional e físico. Ademais, através desta exposição excessiva, a criança pode adquirir doenças psicológicas como ansiedade, depressão, estresse e, até mesmo, transtornos alimentares.

Quanto às observações realizadas em campo, à investigação revelou o comportamento das crianças e da comunidade escolar, destacando, notoriamente, comportamentos adultos de ambos os corpos. Apesar da escola demonstrar a necessidade de recuperar uma infância, que vem se perdendo ao ser, precocemente, substituída pela adultização, não manifestou muitas práticas pedagógicas para o combate a este problema.

Esta pesquisa, dessa forma, possui relevância acadêmica, ao contribuir com a compreensão da temática, ao incentivar o entender emergente do combater ao processo de adultização e sexualização no âmbito educativo escolar. Além disso, cientificamente, trata-se de um tema pouco discutido, que agrupa contribuições às pesquisas em âmbitos educacionais. Socialmente, contribui na acessibilidade, apresentando, por parte dos sujeitos, um conceito pouco conhecido em sua nomenclatura, mas, quando compreendido, causa grande desconforto e indignação.

## Referências

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 07 julho 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio Imprensa Oficial, 2002. BRASIL. Disponível [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 24 julho 2025.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; SILVA, Silvina Pimentel. **Pesquisa e prática pedagógica**. Volume II. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2009.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905/1972.

15

MARTINS, Renata Soares. **Entre curtidas no Instagram**: a exposição de crianças nas redes sociais e suas possíveis consequências ao desenvolvimento infantil. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7135>. Acesso em: 30 abril 2025.

MINAYO, Maria. Capítulo 1: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. DESLANDES, Suely. GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Edição 26. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MOORE, Carlos. Prefácio. In.: OLIVEIRA, Kiusam de. **O mar que banha a Ilha de Goré**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2014.

PESSOA, Amably Paulina Carvalho; SANTANA, Juliana Silva. O lugar de fala de pessoas não negras nas questões antirracistas. **Revista Educação, Ensino e Interdisciplinaridade em Foco (EdeinFo)**, v. 1, em: n. 1, 2024. Disponível <https://revistas.aiamis.com.br/index.php/edeinfo/article/view/110>. Acesso em: 30 abril 2025.

PEREIRA, A. S. M.; FERREIRA, T. F. A abordagem mista nas teses do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG (2017-2019): The mixed approach in the theses of the Graduate Program in Education at UFMG (2017-2019). **Revista Cocar**, [S. I.J, v. 15, n. 32, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4184>. Acesso em: 13 out. 2025.

TEODORO, Cristina. Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24, n. Especial. 2022. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:8ec62683-3e72-45fb-824f-30d16bcb4c29?viewer%21megaVerb=group-discover>. Acesso: 30 abril 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Quarta aula**: a questão do meio na pedologia. (Trad.) VINHA, Márcia Pileggi. Dossiê Vigotski • Psicol. USP 21 (4) • 2010 DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003>. Acesso em: 30 maio 2025.

<sup>i</sup> **Amabyly Paulina Carvalho Pessoa**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9558-3125>.

Universidade Estadual do Ceará

Graduanda do Centro de Educação na Universidade Estadual do Ceará (CED/UECE), curso de Pedagogia.

Contribuição de autoria: escrita e pesquisa.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9371915348380975>

E-mail: [amabyly.paulina@aluno.uece.br](mailto:amabyly.paulina@aluno.uece.br)

<sup>ii</sup> **Ana Vitória Batista da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6900-7799>.

Universidade Estadual do Ceará

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará e bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Contribuição de autoria: escrita e pesquisa.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9130369210362746>

E-mail: [anavitoria.batista@aluno.uece.br](mailto:anavitoria.batista@aluno.uece.br)

**Editora responsável:** Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Recebido em 25 de setembro de 2025.

Aceito em 26 de outubro de 2025.

Publicado em 28 de outubro de 2025.

#### **Como citar este artigo (ABNT):**

PESSOA, Amabyly Paulina Carvalho; SILVA, Ana Vitória Batista da. Adultização e sexualização infantil: relações de gênero, classe e raça. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 6, n. 1, 2025.

